UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Verônica Coelho Ferigatto

**A TEMÁTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA**

Juiz de Fora
2024

Verônica Coelho Ferigatto

**A TEMÁTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de curso a ser submetido à Comissão Examinadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Pedagogia

·
Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Yara Cristina Alvim

Juiz de Fora
2024

Verônica Coelho Ferigatto

**A TEMÁTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de curso a ser submetido à
Comissão Examinadora do Curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação, da Universidade Federal
de Juiz de Fora, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Pedagogia

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTO

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

A minha mãe Silvana, ao meu namorado Wallace e a minha prima Jordana que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

A professora Dr. ^a Yara Cristina Alvim, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

À instituição de ensino Universidade Federal de Juiz de Fora, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

RESUMO

O livro didático é hoje o principal instrumento utilizado em sala de aula no ensino e no auxílio aos professores. Para grande parte de estudantes e professores, ele atua como ratificador de conhecimento contribuindo para a formação da imagem sobre o outro. Sendo assim, é importante que se tenha uma reflexão acerca dos conteúdos inseridos nos livros didáticos de História e como os mesmos estão contribuindo para a formação de sujeitos críticos. Na presente pesquisa, buscamos investigar como os conteúdos históricos estão inseridos no livro didático, uma vez que esse aspecto é de grande relevância para se compreender a formação dos diferentes sujeitos em nossa sociedade. Para a realização desse objetivo teremos como fonte de estudo e análise o livro “História” das autoras Maria Eduarda Noronha e Maria Luiza Soares da coleção Sucesso Sistema de Ensino, voltado para o 5º ano do Ensino Fundamental, cuja temática de investigação será o capítulo do exemplar intitulado “Os povos indígenas: primeiros habitantes do Brasil”, nele será analisado como os indígenas são retratados e como o conteúdo se adequa ao contexto da criança.

Palavras chave: Livro didático, Ensino Fundamental, Povos Indígenas, Ensino de História.

ABSTRACT

The textbook is today the main instrument used in the classroom in teaching and helping teachers. For most students and teachers, it acts, ratifying knowledge, contributing to the formation of the image of the other. Therefore, it is important to reflect on the contents included in history books and how they are contributing to the formation of critical subjects. In the present research, we seek to investigate how the historical contents are inserted in the textbook, since this aspect is of great relevance to understand the formation of different subjects in our society. To achieve this objective, we will have as a source of study and analysis the book "História" by the authors Maria Eduarda Noronha and Maria Luiza Soares from the collection Sucesso Sistema de Ensino, aimed at the 5th year of Elementary School, whose research theme will be the chapter of the copy entitled "Indigenous peoples: first inhabitants of Brazil", it will analyze how indigenous people are portrayed and how the content adapts to the child's context.

Keywords: Textbook, Elementary Education, Indigenous people, Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. CAPÍTULO 1: A INSERÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COMO MEIO DE ENSINO.....	11
2. CAPÍTULO 2: INVESTIGAÇÃO ACERCA DA TEMÁTICA INDÍGENA PRESENTE NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	17
3. CONCLUSÃO.....	24
4. BIBLIOGRAFIA.....	26

INTRODUÇÃO

O que é História? Quando pesquisamos conseguimos encontrar diferentes pontos que nos remetem ao conceito. Segundo o dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa é a “ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico” (FERREIRA, 2004), historiadores ainda definem essa ciência como o estudo da ação dos seres humanos através do tempo, investigando seus comportamentos e suas consequências.

Analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais no campo da História disponibilizado pelo portal do Ministério da Educação, a História entrou no currículo por volta de 1827, no qual os professores ensinavam os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica, além da Constituição do Império e a História do Brasil e durante algum tempo se manteve como disciplina optativa. Com o passar do tempo, o ensino de História se baseou em métodos aplicados nas aulas baseados na memorização e na repetição oral dos textos escritos com materiais didáticos escassos, restringindo-se à fala do professor e aos poucos livros didáticos, fazendo com que a História fosse transmitida por pontos estabelecidos nos livros, dentro do programa oficial, e sabendo repetir as lições recebidas. Durante anos de transformações e modernizações, o currículo de História também se desenvolveu, entrando o estudo de História Geral, do Brasil e da América, a proposta pela introdução dos chamados Estudos Sociais, o processo de industrialização e urbanização, se repensando a inclusão do povo brasileiro na História e incorporou a tese da democracia racial, da ausência de preconceitos raciais e étnicos.

Atualmente, a História é separada por ciclos no ensino fundamental. Olhando para os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), é possível encontrar o ensino da História com conteúdos pensados para cada fase desde o primeiro ciclo do fundamental:

“A proposta de História, para o ensino fundamental, foi concebida para proporcionar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular na formação dos estudantes, como referências aos educadores, na busca de práticas que estimulem e incentivem o desejo pelo conhecimento. O texto apresenta princípios, conceitos e orientações para atividades que possibilitem aos alunos a realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano.” (PROPOSTA CURRICULAR, p.15. 1997)

A presença de estudos voltados para o ensino de História no decorrer do ensino fundamental e médio proporciona ao professor encontrar um caminho em que consiga trabalhar com a disciplina de uma maneira acessível, divertida e questionadora. O foco no ensino nessas etapas demonstra a importância da disciplina para a formação dos alunos, uma vez que estão em construção enquanto sujeito histórico, linguagens e as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento e, o ensino da História, estimula a reflexão e descobertas relacionadas, primeiramente à sua história. Quando nos deparamos com o ensino de História, o caminho a percorrer ainda é desafiador.

Mas, e quanto ao uso do livro didático? O processo de democratização do ensino percorreu um longo caminho e políticas sociais foram criadas para o fornecimento de medidas que pudessem atingir as camadas populares a inserção dos livros didáticos que, através do Programa Nacional do Livro Didático, visa, além de outros fatores, a distribuição de livros didáticos às escolas públicas do território nacional (ALVIM, 2010) e que continuam presentes como fonte de ensino indispensáveis.

Ao ter contato com a docência nos anos iniciais em uma escola particular, foi possível perceber que a escola adota um livro didático voltado para o ensino da disciplina de História que precisa ser finalizado até o final do ano uma vez que foi dito que “o material é muito caro”. Esse material engloba uma carga muito grande de conteúdos que possuem conceitos resumidos, no qual cada um tem uma atividade voltada para ele. Tendo em mente que o livro retoma muitos conceitos já estudados, acaba se tornando repetitivo e centralizado na leitura e execução de atividades.

A escola é um espaço de construção de conhecimento, esse conhecimento histórico é cheio de questões e a pesquisa revela diferentes verdades. O professor também se torna crucial nesse processo e precisa conhecer as características teóricas da disciplina em questão. Pensar em uma metodologia de ensino e conteúdos que concedem à criança a possibilidade de entender a sociedade em que vive, desenvolvendo consciência de sua situação nesta sociedade, permitindo que sua participação signifique se tornar sujeito de sua relação com o conhecimento e com o processo de apropriação deste conhecimento:

“Em seus primeiros anos de vida a criança constrói conhecimentos práticos, com vivências e ações do seu dia a dia na creche ou na pré-escola e também, é claro, no convívio com a família. Suas representações e noções sobre o mundo estão diretamente associadas aos objetos concretos da realidade conhecida, observada, sentida, experimentada e vivenciada.” (BAVARESCO, p.211. 2013)

Diante dessas reflexões, estabeleço de modo mais sistematizado os seguintes aspectos como constitutivos dos principais objetivos pretendidos por este trabalho de pesquisa: o panorama e reconhecimento do livro didático como um meio de conhecimento, a maneira como o livro dialoga com as crianças, como ele trabalha os fatos do passado e presente e como se apresenta a metodologia diante da temática indígena.

No capítulo 1 será feito uma descrição sobre o panorama que se inseriu o livro didático como fonte de conhecimento e auxílio aos professores. Já no capítulo 2 será feita uma análise de uma parte do exemplar intitulado “Os povos indígenas: primeiros habitantes do Brasil”. Durante a pesquisa, pretendo averiguar como o conteúdo constrói um diálogo com o universo das crianças, verificar se o tema se mantém somente a fatos passados e se o presente se aproxima da criança e, como a metodologia que envolve a temática se faz presente no livro didático. Como fonte de investigação para essa monografia, tomarei como base o livro “História”¹ das autoras Maria Eduarda Noronha e Maria Luíza Soares da coleção Sucesso Sistema de Ensino, voltado para o 5º ano do Ensino Fundamental.

¹ NORONHA, Maria Eduarda; SOARES, Maria Luíza. História. Recife. Editora Sucesso.

CAPÍTULO 1: A INSERÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COMO MEIO DE ENSINO

As pesquisas referentes aos livros didáticos de História têm ganhado cada vez mais destaque nos últimos anos, fazendo com que os livros ganhem cada vez mais centralidade nas investigações acadêmicas no que envolve o ensino de História. Neste capítulo, procurarei analisar as mudanças ocorridas no campo educacional, uma vez que essas modificações acabaram por influenciar a apresentação do livro didático em todo cenário educacional.

Antes, faço uma breve escrita da trajetória acadêmica e profissional a fim de entender o motivo que levou a tal estudo. O interesse pelo ensino e campo da História começou com a graduação e, conseqüentemente toda a didática e processo de aprendizagem que envolvia o ensino. Sempre foi inquietante pensar em uma História que pendia para o tradicional com uso de leituras, cópias e “decorebas”. Ensinar e aprender era cansativo e desinteressante.

Durante muito tempo, a inquietação ficou reservada à educação infantil, mas ao direcionar o meu trabalho para o Ensino Fundamental, foi possível perceber o quanto o ensino tradicional permanece. Ao ensinar, o livro didático era de extrema importância para a escola e deveria ser usado como parte principal no ensino desses alunos. Ao ter contato com o livro didático, novas inquietações surgiram fazendo com que se tornasse objeto de pesquisa e análise.

Inicialmente, os livros didáticos deveriam fornecer conhecimentos diversos e incentivar a leitura. O ensino era pensado visando a moral e a ética que envolvia o povo e, por esse motivo, políticos e administradores sugeriam um cuidado vindo dos escritores no que se referia às qualidades literárias da obra:

Ao lado da preocupação em fornecer subsídios técnicos para a construção dos livros de leitura. A ênfase recaía sobre o conteúdo moral que tais obras deveriam possuir. Enquanto predominou a imposição da moral religiosa católica, legisladores e educadores sugeriam traduções de obras de vida de santos ou da vida de personagens que pudessem servir de exemplo para os jovens. (BITTENCOURT, p. 55. 1993)

Sendo assim, se recomendavam histórias como fábulas, alegando que fábulas ensinam princípios. Posteriormente, surgiram projetos que esperavam substituir o conteúdo moral religioso por um conteúdo moral-cívico, além de requererem temas nacionalistas.

O livro didático já vem sendo base nas discussões dos governantes há um tempo e, apesar dos livros existirem nas escolas do Brasil Colônia, suas procedências ainda eram estrangeiras:

Em 1808, já havia escritores no país, no entanto os livros eram impressos na França, gerando gastos altíssimos ao país. Somente em 1929, em meio à Grande Depressão, o Brasil começa a produzir, por completo, seus livros didáticos, uma vez que, para importar livros, principalmente da Europa, o valor havia aumentado muito devido à nova realidade econômica mundial. (MAZZI, p. 90.2021)

Com todas as políticas girando ao redor da República e com um forte pensamento nacionalista, os livros começaram a ganhar uma nova direção a fim de difundir o que deveria ser o atual cidadão dentro daquela nova política, como explica Almeida:

A 'primeira geração', fortemente vinculada ao contexto Imperial, não se preocupava com o ensino de 'primeiras letras', como diz a autora. Sua atenção se voltava para o ensino superior da elite, ao passo que a 'segunda geração', fortemente influenciada pelas transformações políticas em torno da implantação da República e de seu discurso nacionalista, pôs-se a produzir manuais para as professoras a fim de propagar um novo conceito de 'cidadão brasileiro'. (ALMEIDA, p.92. 2012)

Diante do desafio acerca das novas políticas, era preciso enfrentar as adversidades ideológicas dessa nova nação que se formava, fazendo com que o ensino não fosse fixado somente na elite. Com o Estado Novo, a educação ganha um lugar de destaque como instrumento de formação e validação da nacionalidade brasileira. O rigor diante da produção dos livros didáticos seguia firme no governo de Getúlio Vargas com medidas impositivas e, no período da ditadura militar, a censura garantia os conceitos que deveriam ser publicados.

Assim, partindo do momento histórico que marcou a redemocratização do Brasil, variados movimentos sociais surgiram para que um novo modelo de democracia pudesse ser construído após todo o período de repressão. Trabalhadores, mulheres, negros, ambientalistas começaram a lutar por suas causas gerando o levantamento de várias pautas que até então não eram problematizadas. Nesse contexto, professores e pesquisadores começaram a ganhar espaço uma vez que já agiam contra a repressão existente, fazendo com que os temas envolvendo a educação ganhassem destaque:

Tratava-se, afinal, de um contexto propício para se repensar os processos educativos, as políticas de avaliação, os planos educacionais e todos os aspectos vinculados à democratização da área educacional, que, assim como os demais âmbitos da vida brasileira, não passaram ilesos pelo período ditatorial. A superação da herança da ditadura, nesse sentido, passava tanto pelo montante de recursos destinados à educação, quanto pela própria concepção de educação. (ALVIM, p.25. 2010)

Essa superação da ditadura trazia reivindicações como redução do analfabetismo, acesso dos estudantes as escolas, valorização do professor e gratuidade do ensino, afim de criar um caminho para o sistema educacional brasileiro e, a “Conferência Brasileira de Educação, ocorrida em 1986, configurou-se como o ponto culminante deste processo de elaboração de propostas para o campo educacional”. (ALVIM, 2010).

Durante todo o período de democratização da educação, a solução apresentada para que se pudesse garantir uma educação democrática foi pelo fornecimento de elementos voltados para a educação e entregue aos estudantes das camadas sociais mais populares como merenda, materiais didáticos e bolsas de estudos.

A partir de 1980, algumas movimentações no âmbito da Fundação de Assistência ao Estudante apresentaram discussões sobre problemas existentes nos livros didáticos distribuídos no território.

Esse movimento coincidiu com importantes debates a respeito dos programas oficiais de História, levados a efeito, sobretudo — mas não exclusivamente — nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Marco na política em relação aos materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático — PNLD. (MIRANDA, p 126. 2004)

Sendo assim, paulatinamente foram sendo colocadas no programa as diferentes disciplinas que fariam parte do currículo escolar e o programa foi se organizando no sentido de inserir os professores no processo de escolha.

No que se observa o período das ações do governo em relação ao livro didático, constata-se que, mesmo que a estruturação de um programa determinante dos processos de compra seja um pouco atual, o estabelecimento de uma política pública para o livro didático se remete ao Estado Novo, quando se introduz uma Comissão Nacional de Livros Didáticos, cujas “atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização do livro didático” (MIRANDA, 2004). No

contexto da redemocratização, o livro didático surge em um período onde o chamado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), visava a distribuição de livros às escolas públicas em território nacional:

A partir de então, o Estado brasileiro alargou sua atuação sobre o fornecimento de material didático, adotando uma política de atendimento a um público escolar mais ampliado, que abarcava alunos da 1ª à 8ª série. Além disso, foram ampliados os mecanismos de controle sobre o processo de produção, financiamento e entrada destes materiais nas escolas. (ALVIM, p.27. 2010)

Em 1996, a presença do autoritarismo já não existia mais, o que fez ser possível a avaliação pedagógica dos livros didáticos, no qual demonstrou um momento de críticas, tensões e conflito de interesses. Com isso, se estabeleceu que para adquirir obras didáticas com verbas públicas para distribuição seria preciso uma inscrição e avaliação, seguindo regras acordadas em edital próprio.

Os livros didáticos então, ganharam destaque como principal instrumento de condução no processo de ensino, uma vez que havia investimentos que garantiam sua distribuição a todo público escolar. Sua presença nas escolas sempre se manteve ligada à uma melhoria na educação, fazendo com que garantia de acesso ao material didático seja um dever do Estado como se percebe no trecho do artigo 208 inciso VII da Constituição:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. ”
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 208)

O livro didático assumiu papel importante na proposta de educação que se desenvolvia nesse cenário. Com o livro didático assumindo seu lugar de importância, os conteúdos a serem apresentados começaram a ser analisados e criticados pelos pesquisadores, uma vez que demonstravam preconceitos envolvendo gênero, os povos indígenas, e negros e onde ideologias de classes dominantes continuavam ganhando espaço:

A denúncia aos preconceitos e ao caráter ideológico dos livros didáticos passaram as análises das áreas de Língua Portuguesa, Ciências e Estudos Sociais. No que se refere aos preconceitos, prevaleciam pesquisas relativas à denúncia de preconceitos contra o

negro, o índio e de gênero. Em relação às distorções presentes nos conteúdos dos livros didáticos de Estudos Sociais, destacaram-se trabalhos que evidenciavam a veiculação da ideologia da classe dominante e a manutenção do viés historiográfico institucionalizado no século XIX entre os livros didáticos de Estudos Sociais. (ALVIM, p 35. 2010)

Apesar das críticas em torno do material didático tenham dado a ideia negativa, é imprescindível sua importância na maneira como possibilitou o debate sobre necessidade de repensar a própria qualidade do livro. Sendo assim, possibilitaram o aumento das pesquisas acadêmicas e foram necessárias para a condução das políticas públicas relativas ao material.

É importante destacar que o livro didático tem se constituído como principal material didático utilizado no processo de ensino e aprendizagem, sendo o principal mediador entre a proposta do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar do professor. (ALVES, p.17. 2019)

Para além da sala de aula, o livro didático começa a gerar interesse com objetivo de discussão entre educadores e pesquisadores, refletindo em novas metodologias para pensar o ensino. No que sugere o campo do ensino de História, várias propostas ganharam espaço, entre elas, uma nova metodologia centrada na relação professor-aluno no processo de aprendizagem e a crítica à perspectiva eurocêntrica, perspectiva essa que ainda se encontra presente nos livros didáticos. Com as inovações no campo do saber histórico escolar, repensar as pesquisas envolvendo o ensino de História se intensificou, permitindo diversas investigações nas metodologias de ensino, composição do livro didático de História e conteúdos curriculares.

É possível perceber que o livro didático teve um papel crucial na nova proposta de educação que girava no contexto da época, pois mesmo que as críticas em torno deste material tenham construído uma ideia negativa, o fato é que esse fator contribuiu muito para repensar o próprio formato e qualidade do livro didático.

Diante das diversas críticas que envolviam o material, o Estado – instituição responsável por distribuir os livros didáticos às instituições públicas – precisou reverter esse quadro viabilizando medidas para a formação de um material de qualidade, sendo assim a criação, em 1995, do sistema de avaliação de livros didáticos no interior do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) reflete o impacto das demandas

colocadas pela academia e pelos atores ligados à questão do livro didático. (ALVIM, 2010).

Com as alterações feitas pelo PNLD, alguns impactos foram observados no setor editorial aumentando a demanda de pedidos, além de precisarem adequar seus materiais para serem aprovados pelas comissões de avaliadores a fim de se enquadrarem nos critérios avaliados. Além das editoras, professores também precisaram passar por mudanças devido as modificações das políticas sobre os livros. No campo acadêmico, o olhar investigativo não se dava somente nos materiais recentes, mas também nos antigos livros didáticos.

As mudanças promovidas no campo da historiografia e das pesquisas em ensino de História foram marcantes sobre as análises do livro didático. Este continuou a assumir centralidade nas investigações acadêmicas, contudo, suas análises adquiriram outras roupagens. Se até então este material era utilizado como *fonte* de pesquisa, a partir deste contexto, o livro didático tornou-se *objeto* de pesquisa. (ALVIM, p. 38. 2010).

Atualmente, os livros didáticos passaram a ser analisados por um olhar didático, com o intuito de contribuir para uma pesquisa diferente ao conteúdo do livro didático. Para além disso, a investigação do livro acontece por sua relação com as práticas escolares. As formas de apropriação do livro didático por parte de professores e de alunos no interior da instituição escolar tornaram-se recorrentes nesse tipo de pesquisas. (ALVIM, 2010). Tais pesquisas dedicam-se a maneira como alunos e professores usufruem desse material didático dentro de sala de aula.

Com isso, os livros didáticos ocupam um espaço importante nas mesas de alunos e professores, muito além de um material de consulta, o livro pode ser um grande aliado ao processo de ensino quando o mesmo consegue dialogar com a vivência deste aluno. Em especial, é importante que o livro didático de História dialogue com passado e presente, permitindo que o aluno faça parte de todo aprendizado e é esse o propósito do capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2: INVESTIGAÇÃO ACERCA DA TEMÁTICA INDÍGENA PRESENTE NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os livros didáticos permanecem sendo um aliado instrumento na educação. No Brasil o livro didático continua ocupando um importante papel dentro da cultura escolar e, principalmente, na estruturação das aulas, sendo responsável pela construção do conhecimento da História.

Ao trabalhar com o livro didático em sala de aula, foi possível perceber as organizações e os conteúdos presentes nele. O recorte desta pesquisa se deu na temática indígena presente no exemplar “História” de Maria Eduarda Noronha e Maria Luiza Soares da coleção Sucesso Sistema de Ensino. Sendo assim, pretendo analisar como as autoras trabalham os povos indígenas como sendo povos originários do Brasil, suas culturas, religiões e linguagens, além disso, pretendo analisar como o conteúdo dialoga com a atualidade no universo das crianças do 5º ano do Ensino Fundamental.

Conforme dados no IBGE (2022) sobre a população indígena, o Brasil chegou a 1.693.535 pessoas em 2022, representando 0,83% do total de habitantes. Em 2010, quando foi realizado o Censo anterior, foram contados 896.917 indígenas no país. Isso equivale a um aumento de 88,82% em 12 anos, período em que esse contingente quase dobrou. Essa população compõe cerca de 310 etnias, e falam 274 línguas diferentes.

Antes dos portugueses chegarem ao Brasil em 1500, já existiam aqui uma população dotada de múltiplas etnias, culturas, linguagens e religiões. Estima-se que o território abrigava de 2 a 4 milhões de indígenas.

O contato dos povos europeus com os povos originários, ocasionou a morte de uma enorme parcela de nativos. Mortes essas ocasionadas por armas de fogo, genocídios e por doenças trazidas pelos colonizadores. Segundo Borges:

O contato dos europeus com os povos nativos, entre tantas outras consequências, ocasionou a morte de milhares deles em razão das doenças trazidas da Europa, além das mortes de nativos em função de inúmeros conflitos armados que ocorreram a fim de efetivar o processo de escravização dos indígenas pelos europeus, assim como genocídios que chegaram a dizimar por completo alguns dos povos que aqui viviam, ocasionando uma movimentação de alianças entre povos nativos e portugueses. (BORGES, p.9. 2018)

Desde o início da proximidade com os portugueses, a cultura indígena sofreu modificações, uma vez que dentro dos povos iam ocorrendo mudanças que, por um lado debilitavam suas origens, mas por outro, despertava-se novas experiências pelo contato. Foram séculos de dominação e os povos indígenas, mesmo que com uma enorme baixa em sua população, permanecem vivos para contar suas histórias e perpetuar sua memória histórica.

Assim, os povos indígenas não são povos ou coletividades do passado. São povos da atualidade, que possuem uma quantidade significativa de conhecimentos e valores que serviram de base para auxiliar na construção do Brasil. E apesar de muitos brasileiros ainda olharem para esses povos com considerável preconceito e discriminação considerando-os como improdutivos, preguiçosos, estorvos para o desenvolvimento, na verdade são peças fundamentais da diversidade étnica brasileira e parte importante das raízes desta nação. (BORGES, p.10. 2018)

A Lei 11.645/2008 contribuiu para uma necessária discussão a respeito das discriminações, procurando nivelar as desigualdades socialmente construídas. Essa lei colocou a exigência do ensino e do “estudo da cultura e da história afro-brasileira e indígena” em todas as escolas brasileiras públicas ou particulares. A Lei 10.639/2003, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pretendia integrar naquele momento apenas a ‘temática africana’, tornando um componente curricular, direcionado às disciplinas de Língua Portuguesa, História e Artes. Essa lei surgiu do próprio anseio da sociedade, como uma resposta às ações do movimento negro e, posteriormente essa mesma aspiração surgiu pelas iniciativas dos movimentos indígenas para a ampliação da lei resultando na de 2008.

A Lei 11.645/2008 é fruto de muitas disputas e representa um passo importante para as relações étnico-raciais, por vários motivos: traz não só a possibilidade de representação de grupos que, historicamente, foram ou marginalizados ou vítimas de estereótipos, mas também uma mudança na própria concepção da História, tradicionalmente ‘europeizante’, com a qual nos acostumamos. (SILVA, p.153. 2012)

É comum encontrar nos livros didáticos alegações contra o racismo e preconceitos, mas ao examinar com atenção esses materiais, percebemos que existe uma dificuldade em abordar as diferenças étnicas na sociedade brasileira atualmente e quando se trata da história indígena, a abordagem se faz somente por deixá-la no passado. Em todo o contexto da história do Brasil, geralmente contada pela concepção do colonizador, o indígena aparece esporadicamente como fator

importante de contribuição na formação da nação brasileira e, ao invés disso, encontramos presentes nas coleções somente menções ao conhecimento das músicas, danças, culinária, artesanatos, algumas literaturas ou palavras que começaram a fazer parte das pessoas que não eram indígenas e alguns conhecimentos ligados às técnicas de caça e pesca.

A construção da História do Brasil foi sendo feita a partir de narrativas marcadas pela ausência quase total de fontes textuais e iconográficas dos indígenas, impondo uma séria restrição aos historiadores. Em meados do século XIX alguns historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) deram início ao projeto de elaboração de uma história nacional, onde a figura do “índio” tinha um lugar determinado e conveniente. (BORGES, p.12. 2018)

Essa visão presente nos livros didáticos nos permite pensar na imagem do índio que os livros didáticos mostram hoje, como o livro didático trata a temática indígena e como o livro trata presente e passado indígena no cotidiano das crianças.

Os editais do Programa Nacional do Livro Didático começaram a cobrar a adequação dos conteúdos nos novos exemplares. Em 2008 já haviam exigências em relação às temáticas indígenas e africana e, por esse motivo já estariam desclassificadas as obras que veiculassem preconceitos ou qualquer tipo de discriminação. Em 2011, todas as disciplinas permaneceram com os princípios necessários à construção da cidadania, respeito à pluralidade e não veiculação de estereótipos e preconceitos.

Tendo como base as questões levantadas sobre a temática indígena presente nos livros didáticos, a análise de conteúdo direcionado à temática indígena presente no livro estudado nesta pesquisa – ‘História’ das autoras Maria Eduarda Noronha e Maria Luiza Soares da coleção Sucesso Sistema de Ensino, 2024 - operacionaliza-se, basicamente, pelos seguintes títulos: ‘Os povos indígenas: os primeiros habitantes do Brasil’, ‘A contribuição indígena para a formação do povo brasileiro’, englobando: música e dança indígena, religião indígena e literatura indígena.

No título ‘Os povos indígenas: os primeiros habitantes do Brasil’, há o início de um conteúdo datando a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, onde é apresentada a existência de quatro grandes grupos indígenas classificados como tupi-guarani, macro-jê ou tapuia, arauque e caraína. É possível perceber a colocação do livro ao tratar dos indígenas como povos que já estavam aqui antes da colonização e reforçar sua importância como povos originários dessa terra. Contudo, essa

importância para nesse momento e não há uma consolidação desse significado quanto agentes construtores da nossa sociedade. Meiriele dos Reis Alves cita que:

Partindo desse pressuposto, realmente percebe-se tentativas bem rasas e totalmente incipientes de agregar valores aos indígenas enquanto agentes construtores de nossa sociedade, a grande dificuldade pode estar no fato de eu ainda falta dar voz aos grupos ameríndios na sua diversidade, na sua forma de vivenciar o ambiente a sua volta e os momentos históricos pelos quais passamos, cabe a historiografia buscar outros olhares, formas de si interpretar e fazer História, para não cairmos na problemática do perigo da 'história única'. (ALVES, p. 28. 2019)

No decorrer do conteúdo, os indígenas são narrados como povos antigos que viviam da caça, pesca, plantação de alguns alimentos como a mandioca, colheita de raízes e frutos. A narrativa segue destacando que viviam em casas construídas com palhas e troncos de árvores. Destaca, também, a existência de um chefe denominado cacique e que o chefe religioso era conhecido como xamã. Descreve ainda os ensinamentos passados através da oralidade.

A imagem dos povos indígenas é apresentada como algo do passado, o que acaba corroborando para que estereótipos continuem a perpetuar na sociedade. Nesse sentido, cabe ao professor, ampliar o olhar dos alunos no que diz respeito à visão que construímos em relação ao outro, como destaca Alves, ao afirmar que:

[...] faz total diferença na aprendizagem quando o aluno compreende que a terra para o indígena não possui valor mercadológico, mas sim espiritual; que seu corpo pintado não é só para ficar bonito, mas para faz parte de todo um ritual que, para eles, é sagrado. O conhecimento, portanto, gera o respeito, mas a falta dele pode vir a gerar intolerância e discursos equivocados. (ALVES, p. 31. 2019)

O título termina com um pequeno questionamento sobre a questão do respeito aos povos indígenas atuais e apresenta, de maneira rápida, a Fundação Nacional do Índio como o órgão de defesa aos direitos dos povos ameríndios. Sendo assim, o professor pode utilizar destes recursos para romper com o senso comum, favorecendo um diálogo entre passado e presente.

Na sequência, 'A contribuição indígena para a formação do povo brasileiro', verificam-se pequenas explicações acerca de elementos que contribuíram para a formação de todo o povo brasileiro: a gastronomia, a música e dança, a literatura e a religião.

A gastronomia se baseia em técnicas de cozinha que herdamos, utensílios utilizados atualmente e alimentos como batata doce, mandioca e cacau, além de citar que herdamos também o conhecimento para curar doenças. Todos esses elementos são tratados como algo que foram apenas deixados por eles, passando a ideia de que esses povos já não existem mais e que esse legado foi deixado apenas como algo que aconteceu na história e não como um povo que ainda persiste mostrando toda a sua cultura e etnia.

Em trechos do livro, o autor permite um questionamento sobre a forma de vida dos indígenas atualmente, possibilitando ao professor dialogar com o presente na perspectiva dos indígenas. Na música e dança, o livro apresenta elementos como rituais, cultos e ligações com seus ancestrais, abordando a música como um contato com as forças espirituais.

Quanto à literatura indígena, é demonstrado que existe variadas histórias referentes ao sagrado, à luta, fauna, flora, religiosidade, misticismo e ancestralidade dos povos indígenas, porém não existe nenhum texto que direcione para essas histórias ou que propicie reflexões. Há a citação de autores contemporâneos que trabalham com essa literatura como Kaká Werá Jecupé, Ailton Krenak, Tiago Hakiy, mas não se apresenta nenhuma obra destes autores para demonstrar a riqueza e diversidade da literatura indígena, o que acaba permitindo que informações continuem sendo contidas. Informações essas que poderiam enriquecer o diálogo com o presente e permitir aos alunos conhecer a literatura atual desses povos, possibilitando dialogar com as antigas. Segundo Kelen Cristina Borges da Silva:

Com a notória falta de informações sobre eles, os povos indígenas acabam ainda hoje, sendo considerados de forma genérica como sendo um só povo, em regra que vive na Região Amazônica e no Xingu, e com particularidades físicas semelhantes que são cabelos lisos pretos, pele morena, que usam pinturas e adornos pelo corpo e andam nus ou seminus, entre tantas outras características. Na literatura notamos que José de Alencar no livro "Iracema" descreve os índios belos e ingênuos, guerreiros, canibais ou bons selvagens. (SILVA, p.16.2018)

Quanto à religião, há a presença do respeito à natureza ao explicar que a espiritualidade indígena concebe a natureza como algo que vive e perpetua muito mais do que o humano, bem como a crença na profecia da 'terra sem o mal'. Destaca, ainda, que os ensinamentos são passados de geração em geração e todas as

celebrações envolvem diversos aspectos culturais, ou seja, a relação com a terra para os povos indígenas vai além de alimento, mas também como uma religião:

Os indígenas têm um profundo respeito pela natureza, entendendo que ela é algo vivo e que tem um espírito. Eles respeitam o poder vital e de crescimento incomparável que uma floresta tem. (NORONHA; SOARES, p.82.2024)

O livro didático buscou fazer algumas reflexões entre passado e presente no que diz respeito aos povos indígenas, principalmente na religiosidade e na literatura. Na religiosidade o livro trabalha a importância da natureza nos rituais e não colocam seus adornos ou pinturas corporais como beleza, mas como importante pertencimento de sua cultura quando o livro didático traz “Rituais de pintar o corpo, furar orelha, entrar em transe, danças, cantar, ficar em silêncio, etc. expressam, simbolicamente, as crenças indígenas.”. (2024, p. 82), permitindo um importante diálogo em relação ao respeito por esses símbolos. Na literatura as autoras introduzem a importância dos textos escritos pelos indígenas, uma vez que, como já foi dito, as histórias e ensinamentos eram todos feitos pela oralidade:

Histórias recheadas de imaginação, do sagrado, da luta, da fauna, da flora, da religiosidade, do misticismo, da ancestralidade, enfim, da vida dos povos indígenas, foram, por muitos anos, estritamente transmitidas pela oralidade, dos mais velhos aos mais novos. Apenas no final do século XX, começaram a surgir textos escritos pelos indígenas. Seus autores têm especial atenção para registrar as histórias que lhes foram contadas pelos mais velhos, chegando a ser m testemunho do que foi vivido. Trata-se de resgatar da memória aquilo que ficou guardado na cabeça. (NORONHA; SOARES, p.82.2024)

Ao apresentar todas essas histórias, a cultura e ensinamentos são perpetuados. Ao citar autores indígenas, o livro didático sugere o entendimento de uma cultura viva e presente em nossa sociedade, rompendo com estereótipos presentes em literaturas passadas e permitindo refletir a importância que os povos indígenas tiveram e ainda têm como povos originários e o quanto são importantes para a formação do povo brasileiro. Ainda há necessidade de mudanças nas abordagens referentes ao olhar indígena para o europeu, suas diversas contribuições culturais e nos processos históricos essenciais que nos tornaram uma nação, mas observar o diálogo entre presente e passado e conseguir reunir elementos para

dialogar com as crianças através, por exemplo, da literatura já demonstra uma importante transição dos livros didáticos sobre o olhar aos indígenas.

CONCLUSÃO

Ao observar a inserção do conteúdo temático sobre os povos indígenas no livro “História” das autoras Maria Eduarda Noronha e Maria Luiza Soares da coleção “Sucesso Sistema de Ensino”, voltado para o 5º ano do Ensino Fundamental notou-se que as autoras trataram a temática os povos indígenas como grupo que existia antes da chegada dos colonizadores. Destaca-se que as autoras não apresentam os portugueses como conquistadores e povos amistosos, uma vez que deixam claro que, com a chegada dos portugueses ao território, muitos indígenas foram dizimados por doenças trazidas pelos europeus ou escravizados por eles.

O exemplar concede o diálogo entre passado e presente e possibilita que as crianças reflitam sobre como os indígenas vivem ou são respeitados atualmente quando apresentam o órgão legal que os protege, quando cria a possibilidade de uma pesquisa relacionada às maneiras como eles vivem atualmente e ainda quando fornece uma literatura produzida pelos próprios indígenas. O professor, ao ter acesso a esses conhecimentos, consegue trazer para o ambiente escolar recursos que possam conversar com os alunos.

Apesar desse avanço, observa-se que a narrativa do livro didático permanece com a abordagem de conteúdos básicos relacionados à participação dos povos indígenas, ao destacar a caça, a colheita, a pesca e a plantação. Permaneceram com a ideia de indígenas vivendo em malocas e ainda com a ideia de que seria um povo que não praticava o comércio, podendo reforçar a ideia de que eram incapazes de se organizar como sociedade.

Ainda que apresente as contribuições indígenas para a formação dos brasileiros, o fato das contribuições serem tratadas como algo passageiro ou que pertenceram a povos antigos demonstra a necessidade de uma metodologia em que os povos indígenas sejam colocados como base de toda a nossa formação como nação. Segundo Kelen Cristina da Silva:

Quando não se ensina o real significado dos povos indígenas, cria-se e perpetua-se sobre o índio uma visão reduzida, de insignificância e de invisibilidade. E se sobrepujar esta visão estigmatizada fornece uma evolução no conhecimento da diversidade étnica indígena e o lógico respeito ao modo de vida e cultura desse povo, que então passam a ter sua cultura conhecida e respeitada como uma expressão cultural existente em distintos lugares no mundo. (SILVA, p. 55, 2018)

A partir da análise do referido livro didático, destaca-se que a tarefa do professor de história é muito importante na mediação da leitura do livro didático e no fortalecimento do seu papel em formar cidadãos, despertando cada vez mais o interesse sobre nossa história, focando nas classes julgadas como minorias (negros, indígenas) e que muitas vezes são ignorados pela história escolar. Por esse motivo, esse trabalho teve o propósito de abordar um desses grupos considerados minorias, os povos indígenas, através de sua abordagem no livro didático. Procurou-se mostrar como os povos indígenas têm sido retratados no livro analisado, de modo a contribuir para que os professores possam, a partir do livro didático, exercitarem sua autoria e estabelecerem mediações que permitam construir novas maneiras de dialogar passado e presente com as crianças.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Meiriele dos Reis. *A abordagem da cosmovisão dos povos ameríndios no livro didático*. Juiz de Fora, 2019.

ALVIM, Yara Cristina. *O livro didático na batalha de ideias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNLD*. Juiz de Fora, 2010.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; FERREIRA, Andres. “O ensino de história na educação infantil: um novo tempo”. **Unoesc & Ciência** – ACHS, Joaçaba, v. 4, n. 2, p. 207-214, jul./dez. 2013.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BORGES, Kelen Cristina. *O Ensino de História e a representação dos povos indígenas na coleção: Saber e Fazer História*. Instituto de História da Universidade de Uberlândia. Programa de pós-graduação em História.

BRASIL. Agência IBGE notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias>. Acesso em 28/02/2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18/12/2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CAVALHEIRO, Rosa Maria e COSTA, Flamarion da Laba. *A temática indígena no livro didático* Programa de desenvolvimento educacional- PDE. Universidade Estadual do Centro Oeste. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Coordenação e edição de Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. Novo dicionário da língua portuguesa, 3. ed., rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004

MAZZI, Lucas Carato; SCHIO, Rúbia Barcelos Amaral. “Uma trajetória histórica dos livros didáticos: um foco nas políticas públicas implementadas nos séculos XX e XXI”. Vol. 2, N. 1, Jan - Jun 2021, p. 88 – 105.

MIRANDA, Sonia Regina & LUCA, Tania Regina de. (2004), “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. Revista Brasileira de História, vol.24, n. 48.

Proposta Curricular. História. Prefeitura de Juiz de Fora. 2012. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/arquivos/miolo_historia.pdf. Acesso em 10/01/2025.

SILVA, Maria de Fátima. “Livro didático de História: Representações do ‘índio’ e contribuições para a alteridade” **Revista História Hoje**, v,1, n.:2 p.151-168, 2012.